

Frente Periférica por Direitos
Carta Compromisso
Periferias pelo clima
O clima tá tenso!

Por justiça climática para as periferias



SUMÁRIO

Contexto socioambiental das periferias – O clima tá tenso!	3 e 4
Um papo reto – o Clima Ta Tenso	5 e 6
A realidade das quebradas, denúncias suas potencias e propostas de solução	7
Reconhecimento do Racismo Ambiental	8 e 9
Justiça climática e social	10 e 11
Participação Social nas decisões	12 e 13
Transição Ecológica Justa e Igualitária	14
Luta pela vida, pela terra e pela paz	15
Por um novo modelo econômico, mais democrático, sustentável, justo e inclusivo	16 e 17
Propostas gerais	18 a 20
A luta continua	21

INTRODUÇÃO

CONTEXTO SOCIOAMBIENTAL DAS PERIFERIAS – O CLIMA TÁ TENSO

A Frente Periférica por Direitos reúne militantes, ativistas, trabalhadores por conta que empreendem nas quebradas, além de coletivos e movimentos engajados nas lutas sociais dos mais variados segmentos, dos territórios periféricos. Em setembro de 2024, lançamos nosso “*Manifesto das periferias*”, que inaugurou nosso movimento e apresentou 98 propostas de políticas públicas voltadas a esses territórios, assinada por candidatos a prefeito e vereador compromissados com sua implementação.

Ao longo de 2025, promovemos rodas de conversa e seminários em todas as regiões da cidade de São Paulo, em um processo de diálogo e de construção coletiva da Carta Compromisso: Periferias pelo Clima - O clima tá tenso! Esse processo envolveu, aproximadamente, 1.050 lideranças comunitárias, pesquisadores, ambientalistas, trabalhadores por conta, cooperativas, mídias comunitárias, organizações da sociedade civil, sindicatos, grupos pastorais, parlamentares e suas assessorias. De maneira dinâmica e participativa, essa consulta popular teve como objetivo sistematizar o contexto socioambiental das periferias, suas precariedades, mas, sobretudo, suas potências e soluções.

As periferias de São Paulo, historicamente, sofreram os impactos ambientais decorrentes da falta de planejamento urbano. A expansão acelerada da cidade não foi neutra: priorizou grandes interesses econômicos, como os do mercado imobiliário, cuja sua lógica da exclusão relegou a população periférica a áreas degradadas e de risco. Em vez de pensar uma cidade resiliente diante dos eventos climáticos extremos que já se anunciavam, o poder público reproduziu um modelo excludente de urbanização, naturalizando a desigualdade socioespacial.

Ao longo dos anos, essas comunidades vivenciaram tragédias causadas por chuvas intensas, enchentes e deslizamentos de encostas. Se antes esses desastres já comprometiam as condições de vida das pessoas, por fazê-las perder seus pertences e até suas moradias, atualmente impactam também a saúde física e mental das pessoas, seja pelo alastramento de doenças contagiosas, seja por traumas emocionais das perdas, chegando até mesmo a provocar mortes.

Este “*desplanejamento*”, ou planejamento urbano caótico promovido pelo poder público durante décadas, não apenas não resolveu os problemas estruturais das periferias como agravou as vulnerabilidades socioambientais. A exclusão social tem em sua raiz marcadores de raça, classe, gênero e território. A política da morte ou *necropolítica*¹ são elementos centrais deste “falso planejamento urbano”.

Segundo dados do Mapa das Desigualdades de 2022, a população periférica é constituída majoritariamente por pessoas negras (pretas ou pardas), o que evidencia um quadro estrutural de racismo ambiental. As mães solas, pessoas trans, com deficiência, pessoas em situação de calçada (PopRua) são evidentemente muito mais expostas a condições muito mais degradantes geradas pela injustiça climática. Além disso, preconceitos contra as identidades culturais, linguísticas e territoriais reforçam barreiras simbólicas que invisibilizam as dores dos sujeitos periféricos.

Esse quadro de marginalização social acentua a vulnerabilidade diante de enchentes, deslizamentos, ilhas de calor e outras expressões da crise climática urbana, configurando um ciclo de exclusão em que ser negro, migrante em especial nordestino, imigrante, refugiado nas periferias significa carregar múltiplos estigmas que intensificam a injustiça climática e socioambiental.

As decisões políticas que vem favorecendo os processos de *gentrificação*² evidenciam que a especulação imobiliária e os detentores do poder atuam para aprofundar a exclusão da população empobrecida. Deixar as comunidades periféricas nestas condições não é obra do acaso.

A lógica de transformar o modo de viver em mercadoria, em que o direito à moradia, ao lazer, ao esporte, à saúde, à educação, e ao acesso à natureza é mercantilizado, impõe a exclusão dos sujeitos periféricos. O capitalismo, em sua essência, convive com as desigualdades, com a miséria extrema e a exclusão social. Num contexto de emergência climática, a exploração predatória de bens naturais e a concentração de riquezas, se acentuam, enquanto o negacionismo climático impulsiona a lógica de exclusão social gerada pelo capitalismo, revelando que excluir os sujeitos periféricos é uma decisão política.

Realizamos no dia 26 de outubro de 2025, o lançamento oficial da carta compromisso – Periferias Pelo Clima, ao qual, esperamos que apoie a formulação de políticas públicas e projetos socioambientais que intervenham nos impactos da emergência climática. Se a exclusão dos sujeitos periféricos é uma decisão política, este instrumento surge como inspiração e também cobrança, por medidas mais efetivas no combate as desigualdade socioambientais, e na contenção dos danos causados pela emergência climática, especialmente nos territórios periféricos, que são os que mais sofrem.

1 - Necropolítica é um conceito filosófico que faz referência ao uso do poder social e político para decretar como algumas pessoas podem viver e como outras devem morrer; ou seja, na distribuição desigual da oportunidade de viver e morrer no sistema capitalista atual.

2-Gentrificação é um processo de transformação urbana que altera o caráter de um bairro, substituindo a população de baixa renda por outra de maior poder aquisitivo. Isso acontece quando uma área antes desvalorizada é valorizada por meio de investimentos em infraestrutura, reformas e revitalização, atraindo novos moradores com maior

UM PAPO RETO – O CLIMA TÁ TENSO

O silêncio muitas vezes domina o nosso cotidiano. Muitas vezes, de cabeça baixa, percorremos o trajeto de ida e vinda do trabalho. Enchente após enchente, engolimos seco a dor de perder tudo. Mandam o lixo da cidade pra cá, nos tratam como lixo. Trazem indústrias poluentes pra cá, desrespeitando nossa saúde. Precarizam nosso transporte, transformando o direito de ir e vir numa guerra diária. O clima tá tenso e é hora do papo reto!

Mortes nas quebradas por questões ambientais já acontecem. Leptospirose, desintéria, pneumonia se tornaram frequentes, e a nossa saúde mental afunda. Não pode ser diferente, pra quem convive com esgoto a céu aberto, poluição do ar e da água. Soma-se a isso o problema crônico da gestão de resíduos: incineradores que envenenam o ar com gases tóxicos, aterros que contaminam o solo e os lençóis freáticos, sem qualquer planejamento de compensação ambiental ou cuidado com as populações vizinhas. Essa política do descaso transforma nossos territórios em zonas de sacrifício, onde a vida da população vale menos do que o lucro das empresas e a omissão do poder público.

Este país também é nosso! É do povo negro, indígena e periférico e queremos ser ouvidos. Nossos ancestrais tinham outra relação com a natureza antes da escravidão que nos massacrou. Estamos nos reconectando com nossas raízes, daí a necessidade de regenerar nossa relação ancestral e nossa relação ecológica.

Os poderosos estarão na COP 30 decidindo o futuro da humanidade, enquanto nós as vítimas e sobreviventes da emergência climática, ficaremos fora dos salões principais.

Não há discussão política legítima sobre emergência climática, que não envolva à nós sujeitos periféricos. Enquanto as elites debatem a “crise climática” em salas refrigeradas, nossas quebradas estão soterradas, no calor extremo ou debaixo d’água. Quem perde tudo nas enchentes? Quem sofre com esgoto a céu aberto, com calor insuportável e transporte precário?

Somos nós, nós que respiramos o ar pobre dos lixões. Nós que somos expostos aos gases tóxicos das indústrias, dos incineradores e fábricas poluidoras. Somos nós que convivemos com ratos, a podridão do esgoto e suas doenças. Somos nós que enfrentamos filas e descaso nos serviços de saúde pública. Somos nós que recebemos toneladas e toneladas do lixo das áreas nobres da cidade e dos grandes geradores;

Na COP 30, precisamos afirmar que as quebradas não são apenas territórios de dor, mas de potência cultural, de trabalho coletivo e de sabedoria popular. Aqui se cria, se recicla, se planta, se canta e se luta. Aqui nasce o futuro que não aceita injustiça. As vozes aqui representadas, são as vozes das batalhas de rima, dos slams, do Hip Hop e dos

saraus. São as vozes dos catadores, das senhoras da reciclagem e das crianças que cuidam das hortas. São as vozes dos podcasts periféricos, das rádios e TVs comunitárias. São as vozes das mulheres, jovens, negros, negras e do povo LGBTQIAPN+. São também as vozes das espiritualidades que celebram a cultura de paz, não a “paz branca” que imobiliza e manda nos calar, mas uma paz insurgente, feita de luta, dignidade e resistência e que não se cala diante das injustiças.

O mundo precisa conhecer a cara da quebrada: do pastor de igreja, ao MC de batalha, do padre das pastorais, aos botecos de vila, às nossas belezas culturais. Quantos nas quebradas não se envolvem nas cooperativas de reciclagem? Quantos não se encantam com a compostagem doméstica? Quantos encontram, num simples passeio no parque, um acesso gratuito ao contato com a natureza e os animais? Quantos não cuidam uns dos outros nos desastres ambientais? Quantos acolhem aqueles que perdem tudo, aqueles que estão doentes e debilitados? Quantos já não foram num plantio popular? Quantos não estudaram os princípios da Ecologia Integral e se engajam nos trabalhos pastorais? Nossas professoras, mesmo precarizadas, ensinam sobre os ODS. Nossas crianças crescem com uma mentalidade ambientalmente mais avançada. Nossas quebradas são potência, mas também são resistência!

Vamos ocupar a COP, porque os poderosos têm que nos ouvir. Nem que tenhamos que gritar. O clima tá tenso, somos vítimas de catástrofes socioambientais e precisamos agir contra isso. Chegou a hora do papo reto!

De quebrada pra quebrada o papo é reto!

A REALIDADE DAS QUEBRADAS, DENÚNCIAS, SUAS POTENCIAIS E PROPOSTAS DE SOLUÇÃO

As lutas sociais da Frente Periférica por Direitos não estão dissociadas das lutas históricas pela transformação social. É neste sentido que reafirmamos nossas bandeiras rumo a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, sustentável e livre de opressões. O enfrentamento ao racismo, machismo, a LGBTfobia e todas as formas de opressão são lutas transversais que reconhecem a crise climática como também fruto das desigualdades estruturais que marcam a classe trabalhadora.

Nas quebradas, a realidade fala mais alto do que qualquer diagnóstico técnico. São territórios onde o barulho das enchentes se mistura ao das sirenes, onde o calor extremo e o esgoto a céu aberto fazem parte do cotidiano. Mas também são espaços de potência, onde a juventude cria, denuncia e propõe soluções. As quebradas não esperam o poder público agir: constroem hortas comunitárias em terrenos abandonados, formam coletivos de mulheres para o cuidado ambiental, organizam campanhas de limpeza, plantio e reaproveitamento de resíduos, e fazem da arte uma ferramenta política de denúncia e mobilização.

A denúncia que vem das periferias é contundente: a crise climática tem cor, gênero e território. As políticas ambientais que ignoram essa realidade reproduzem o racismo ambiental e aprofundam as desigualdades. É necessário ouvir os coletivos de base, os movimentos de moradia, as juventudes periféricas e os povos tradicionais urbanos, que já elaboram suas próprias agendas climáticas a partir das vivências cotidianas.

As propostas de solução nascem das bordas: programas de reflorestamento comunitário, fortalecimento das cooperativas de reciclagem, ampliação das redes de captação de água de chuva, incentivos à agroecologia urbana, criação de zonas de respiro ambiental nas áreas densamente ocupadas e planos de adaptação local liderados pela própria comunidade. O poder público deve reconhecer e financiar essas iniciativas, garantindo suporte técnico, infraestrutura e formação cidadã.

Reconhecer a realidade das quebradas é reconhecer que nelas pulsa a vanguarda da luta por justiça ambiental e social. É ali que se tece, com solidariedade e consciência, o projeto de um outro futuro possível — um futuro em que o direito à cidade, ao ar puro e à dignidade seja universal, e onde a periferia deixe de ser vista como problema para ser reconhecida como solução.

RECONHECIMENTO DO RACISMO AMBIENTAL

Nas periferias, a cor e o CEP seguem ditando quem mais sofre com enchentes, deslizamentos, ilhas de calor, ar contaminado e falta d'água. Loteamentos sem infraestrutura, moradias em áreas de risco, córregos canalizados e assoreados, ausência de áreas verdes e a proximidade de aterros, indústrias poluentes e vias de tráfego pesado formam um mapa do sofrimento que coincide com o mapa da população negra e pobre. Essa desigualdade não é “acidente urbano”: é fruto histórico de políticas de urbanização excludentes, remoções forçadas e investimentos que privilegiam o centro e sacrificam as bordas.

O conceito de racismo ambiental revela que os impactos da degradação ambiental e da crise climática não são distribuídos de forma igualitária: recaem, sobretudo, sobre populações negras, indígenas e periféricas. Essa realidade se expressa no abandono das políticas públicas, na ausência de saneamento básico, na precariedade da coleta de lixo e na exposição cotidiana a riscos ambientais que colocam vidas em permanente vulnerabilidade. Reconhecer o racismo ambiental é compreender que as injustiças ambientais são também injustiças raciais e territoriais.

Apesar disso, as periferias constroem saídas: mutirões de limpeza de córregos, hortas e viveiros comunitários, brigadas solidárias em temporais, redes de vizinhança e comunicação popular. As cooperativas de reciclagem, os catadores de lixo fazem a diferença na gestão de resíduos. No campo da educação, os educadores sociais, coletivos de cultura e professores atuam incansavelmente na divulgação das ODS, sempre alertando sobre as condições de racismo ambiental vivida nas periferias.

Essas ações comunitárias revelam uma pedagogia da resistência ambiental, em que o saber popular se torna instrumento de transformação. A luta pelo direito ao território, à moradia digna e ao saneamento básico se entrelaça à luta antirracista e feminista, pois são as mulheres negras, em especial, que assumem a linha de frente na defesa da vida e do meio ambiente nas comunidades. É a partir dessas práticas locais que surgem soluções sustentáveis e inovadoras, capazes de inspirar políticas públicas inclusivas e participativas.

É necessário reconhecer oficialmente o racismo ambiental na elaboração das políticas públicas e no arcabouço legal em todos os âmbitos; É necessário que a prefeitura implemente planos de bairro, capazes de incidir em metas vinculantes de redução de risco por bairro, tratando em caráter de urgência, bairro com incidência de áreas de alto risco ambiental; Além disso, mensurar detalhadamente, o investimento prioritário em drenagem das águas pluviais e infraestrutura verde-azul; A infraestrutura urbana deve adotar práticas avançadas de *ciudades-esponja*¹, equilibrando áreas verdes, água e habitação; reconhecer o racismo ambiental, é também fortalecer nossa cultura ancestral

de respeito a natureza do povo negro e indígena. A tecnologia de compostagem orgânica sempre esteve presente na cultura indígena, bem como, propagado nas religiões de matriz afro. Este caráter simbólico, fortalece as identidades das populações periféricas e suas práticas ancestrais de respeito a natureza.

Assim, o reconhecimento do racismo ambiental não deve se limitar ao discurso, mas se traduzir em políticas concretas, com orçamento participativo, reparação histórica e protagonismo das comunidades afetadas. Somente com justiça ambiental e racial será possível construir cidades mais humanas, resilientes e solidárias, onde o direito à vida e à natureza seja garantido a todas e todos.

JUSTIÇA CLIMÁTICA E SOCIAL

Quem menos emite é quem mais paga a conta. Nas quebradas, as concessionárias de água e energia elétrica, praticam preços abusivos, aproveitando situações de falta de instrução. A conta de luz é mais cara proporcionalmente, o transporte é mais demorado e poluente, nos locais mais altos a vazão da água é reduzida, em locais afastados falta energia. Crises respiratórias, propagação de dengue e *estresse térmico*² são comuns nos territórios periféricos. A cada chuva forte, famílias perdem móveis, documentos e anos de vida. Sem renda estável e com serviços públicos intermitentes, o risco climático vira risco social permanente.

Falta rede de esgoto nos territórios mais vulneráveis, e enchentes são frequentes nos fazem conviver diariamente com tragédias amplamente anunciadas. Não existe sistema de alerta de catástrofes climáticas, o desassoreamento e a despoluição de rios e córregos são meramente simbólicos, e a infraestrutura de drenagem simplesmente não chega até nós: bueiros entupidos, ausência de jardins de chuva, hortas comunitárias esquecidas, corredores ecológicos e parques urbanos que nunca saem do papel. E onde estão as políticas de educação ambiental que deveriam conscientizar sobre o lixo jogado nos córregos? Elas não existem, porque o poder público virou as costas para o nosso povo.

Esse abandono tem consequências diretas: nossas enchentes não são obra da natureza, são resultado da omissão política! Famílias inteiras perdem tudo, ano após ano. Móveis, eletrodomésticos, roupas, tudo levado pela água suja e contaminada. Não é apenas a perda material — é o adoecimento coletivo: leptospirose, desintéria e doenças graves proliferam com a poluição dos rios. Além do corpo, a mente também adocece. O sofrimento psicológico de ver sua vida sendo destruída repetidamente, enquanto governos cruzam os braços, é violência de Estado contra o povo periférico.

Na esfera ambiental, os ataques são ainda mais cruéis. Situações como a da Petroquímica de Santo André e outras zonas industriais despejam gases tóxicos que envenenam o ar e a saúde da população, em especial, nos territórios periféricos. Projetos absurdos como ampliação de aterros e incineradores, têm sido comuns atualmente. Os dutos da Petrobrás carregam volumes absurdos de combustível. Com compensações ambientais insuficientes às comunidades impactadas. Essa lógica de exploração desenfreada, típica do neoextrativismo, transforma nossos territórios em áreas de sacrifício: concentra os lucros nas mãos da indústria e do Capital, enquanto distribui a contaminação, a precariedade e a doença para o povo. Quem lucra é a indústria, quem adocece é a comunidade.

1- Uma cidade-esponja é uma cidade projetada para absorver, reter e usar a água da chuva, em vez de simplesmente permitir o escoamento rápido que causa enchentes. Para isso, utiliza "soluções baseadas na natureza" como pavimentos permeáveis, telhados verdes e parques, combinados com infraestrutura de engenharia para armazenar e reutilizar a água coletada, tornando o ambiente urbano mais resiliente às mudanças climáticas.

2- Estresse térmico é a condição do corpo quando a temperatura interna aumenta por absorver mais calor do que consegue dissipar, o que pode ser causado por calor extremo, umidade, atividade física e desidratação. Seus sintomas incluem sede, tontura, náuseas e frequência cardíaca elevada, e em casos graves, pode evoluir para exaustão pelo calor, insolação e até problemas cardiovasculares fatais.

Mas a resposta já pulsa nos territórios: cozinhas solidárias, cooperativas de reciclagem, bancos de alimentos, redes de acolhimento em enchentes, aplicativos de celular, empreendimentos solidários, coletivos de educomunicação e rádios comunitárias que alertam sobre riscos, coletivos de jovens que mapeiam árvores e pontos de calor, escolas que se transformam em centros de abrigo. Essas práticas salvam vidas, reduzem perdas e mostram que justiça climática começa pela organização popular.

Entre as propostas estão: Instituir Orçamento Climático Periférico com metas por bairro; Ampliar a tarifa social ampliada de energia e água com bônus por eficiência; corredores de ônibus elétricos nas rotas mais longas; criação de protocolos de saúde para CAPS e UBSs para situações de onda de calor, de enchente e doenças consequentes de situações climáticas extremas; seguro paramétrico comunitário para eventos extremos; Alocação do programa POT, e outras frentes de trabalho, que oficializem os “empregos verdes” (poda urbana, reflorestamento, educação ambiental, manejo de drenagem, telhados frios); metas de redução de mortalidade causadas por doenças direta ou indiretamente ligadas a questão climática.

Fomentar iniciativas de Economia Solidária, em especial empreendimentos que trabalham com reaproveitamento de resíduos — como práticas de *upcycling* ou aproveitamento integral de alimentos — é uma estratégia que alia geração de trabalho e renda com sustentabilidade ambiental. Essas iniciativas fortalecem a organização coletiva, estimulam a criatividade produtiva e contribuem para a redução de impactos ambientais, ao transformar materiais e recursos que seriam descartados em novos produtos e oportunidades econômicas. Além disso, reforçam uma lógica de produção baseada na cooperação e na valorização dos saberes populares, rompendo com modelos de consumo e descarte típicos da economia capitalista tradicional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NAS DECISÕES

Planos sobre clima e cidade costumam nascer longe de quem vive os problemas. Audiências públicas no centro, linguagem técnica inacessível, consultas sem retorno e conselhos capturados afastam a população e transformam participação em ritual vazio. O resultado são obras que não dialogam com a realidade e reforçam desigualdades.

Os espaços de participação social, como conselhos gestores, foram sequestrados por assessorias parlamentares e gabinetes, reduzindo a democracia participativa em um mero local protocolar de fachada, inibindo críticas, bloqueando ações capazes de gerar mudanças nos territórios.

A exclusão da população periférica dos processos decisórios é também uma forma de racismo ambiental e político. Quando as vozes negras, indígenas, femininas e populares são silenciadas, o território deixa de ser ouvido — e a cidade se torna ainda mais desigual. A ausência de representação efetiva da periferia nas discussões sobre clima, mobilidade e habitação não é fruto do acaso, mas consequência direta de um modelo de gestão que privilegia o tecnicismo e a burocracia em detrimento da vivência cotidiana e do saber popular.

Quando a periferia participa de verdade, funciona: mapeamentos participativos de risco, diagnósticos de saúde do território, assembleias de rua, conselhos escolares ativos, mutirões que priorizam obras de baixo custo e alto impacto. A escuta qualificada de lideranças, mulheres, juventudes, pessoas com deficiência e trabalhadores da base dá precisão ao investimento público.

Essas experiências mostram que a democracia se fortalece quando os sujeitos historicamente marginalizados assumem o protagonismo da transformação. A produção de dados comunitários, os observatórios populares e as redes de vigilância cidadã têm papel essencial na denúncia das injustiças e na formulação de soluções baseadas na realidade local. Fortalecer a participação social é garantir que a política pública não seja imposta, mas construída coletivamente — com linguagem acessível, transparência e poder real de decisão.

É preciso fortalecer os Conselhos de Desenvolvimento Sustentável em todas as subprefeituras (CADES) e fomentar ações territoriais nos bairros, garantindo poder deliberativo local e orçamento vinculado; Audiências públicas devem ser realizadas nos próprios territórios, com tradução cidadã dos documentos; também é necessário adotar orçamento participativo climático com metas e prazos, instituir resposta obrigatória e fundamentada a cada contribuição, além de, publicar dados abertos (obras, contratos,

indicadores) e relatórios periódicos; bem como, assegurar assentos para movimentos periféricos em comitês de bacia, parques naturais, mobilidade, moradia e saneamento.

Mais do que ouvir, é preciso devolver o poder de decidir. A participação social deve ser reconhecida como direito e dever do Estado, com mecanismos de controle popular permanentes e vinculantes. As decisões sobre o clima, o uso do solo e a infraestrutura urbana precisam refletir a realidade de quem vive nas bordas, e não apenas as prioridades de quem mora no centro. Democratizar a cidade é, portanto, o caminho para enfrentar as desigualdades ambientais e reconstruir o pacto social a partir da periferia — onde nasce a potência transformadora da sociedade.

TRANSIÇÃO ECOLÓGICA JUSTA E IGUALITÁRIA

Transição sem justiça social, só amplia a desigualdade: cidade verde no cartão-postal e cinza nas bordas. Substituição de frota sem plano tarifário, saneamento que não chega, energia renovável inacessível para as camadas populares, reflorestamento longe de onde mais esquentam e projetos que despejam e removem quem menos tem.

A carência de arborização urbana é alarmante. Entre favelas, ocupações, conjuntos habitacionais e imóveis adensados, faltam áreas verdes que poderiam cumprir papel essencial na drenagem das águas das chuvas e na melhoria da qualidade de vida.

A escassez de praças, corredores ecológicos e parques urbanos revela uma escolha política: transformar nossas quebradas em selvas de pedra, negando o direito fundamental de conviver com a natureza. Além disso, os parques urbanos não possuem uma política integrada com postos de saúde, de modo a oferecer programas de saúde preventiva, prática esportiva, cuidados da saúde mental;

AS QUEBRADAS SÃO SELVAS DE PEDRA, SEM ACESSO A NATUREZA!

As quebradas conhecem eficiência: reaproveitam, consertam, reciclam, compartilham. Há cooperativas de catadores, oficinas de manutenção, pedreiros, encanadores e eletricitas, cozinhas e hortas urbanas, coletivos culturais e de tecnologia. Com formação, crédito e prioridade nas compras públicas, essa base vira motor da transição. Por isso, os trabalhos de caráter socioambiental já presentes nas periferias precisam ser fomentados.

Propomos: a implementação de energia solar em prédios públicos e incubação de cooperativas populares de energia; propomos o retrofit climático de habitações populares, conjuntos habitacionais e condomínios precarizados através da implantação de isolamento térmico, telhados frios, ventilação cruzada, aquecimento solar de água; melhorias básicas em favelas garantindo a dignidade mínima, a famílias em moradia precarizada; drenagem baseada em natureza (jardins de chuva, parques lineares, pavimentos permeáveis); implementação de frota de ônibus elétricos priorizando corredores periféricos; logística ciclável segura; e metas de emprego verde local, priorizando a juventude, as mulheres e população negra nos trabalhos comunitários.

LUTA PELA VIDA, PELA TERRA E PELA PAZ

Emergências climáticas agravam conflitos: disputa por solo, despejos sem alternativa, violência contra defensores ambientais, escolas e postos sem resiliência, medos que isolam a comunidade. É impossível falar de clima sem falar de direito à vida, moradia, cultura e trabalho.

A falta de segurança pública começa com a ausência de iluminação, calçadas estruturadas e ambientes com mais belezas naturais. Denunciamos o grave caso do assassinato da jovem Bruna, assassinada em um lugar ermo de Itaquera, com calçadas esburacadas, hostil para pedestres.

A paz se constrói com pertencimento: cultura, esporte, fé, educação integral, economia solidária e mediação de conflitos. Em nossas quebradas, percebemos a formação de brigadas online de proteção das mulheres, monitoramento de rotas seguras para escolas, pontos de cultura e coletivos culturais formam bolsões de cultura de paz e acolhimento, fortalecendo vínculos comunitários, estabelecendo laços afetivos e regenerando a confiança comunitária.

Educação ambiental continua ausente em nossos territórios. Não existem campanhas consistentes para orientar a população a utilizar Ecopontos, praticar a compostagem doméstica ou, sequer, campanhas permanentes para desestimular o hábito de jogar lixo nas ruas. Essa omissão resulta diretamente no acúmulo de resíduos em bueiros, córregos e rios, intensificando os alagamentos e enchentes. Soma-se a isso a quase inexistência de iniciativas que conectem parques urbanos às escolas, impedindo que nossas crianças e adolescentes tenham contato real e cotidiano com a natureza.

Propomos: fim dos despejos e práticas violentas contra ocupações e favelas, programas de “chave-a-chave” que tratem o deslocamento de famílias residentes em área de risco com respeito aos direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. regularização fundiária emergencial e deslocamento de famílias residentes em área de alto risco climático. A criação de comissões locais de mediação de conflitos que autem nas situações de deslocamento, com a presença de advogados, entidades sociais e a moradores. Protocolos explícitos para orientar o poder público na mediação de conflitos fundiários e ambientais. Uso de escolas e UBS como refúgio climático em situação de crise; implementação de corredores ecológicos e parques de várzea para conter enchentes; fomento a coletivos que promovam o plantio popular.

POR UM NOVO MODELO ECONÔMICO DEMOCRÁTICO, SUSTENTÁVEL, JUSTO E INCLUSIVO

O modelo econômico neoliberal concentra riquezas, externaliza poluição para as bordas, precariza o trabalho e deixa territórios vulneráveis, sem acesso a crédito, sem assistência técnica e centralizando ainda mais o desenvolvimento econômico. As chamadas “compensações ambientais” são artifícios legais que não incidem nas periferias - uma contradição gritante, já que é justamente a população periférica a mais impactada pela crise climática. De forma mais excludente, o neoliberalismo impõe a mobilidade da população periférica de suas residências para os locais de trabalho.

Os grandes projetos de infraestrutura e de licenciamento habitacional em nossos territórios não considera os impactos ambientais. As compensações ambientais não são fiscalizadas e não há um processo inteligente para aplicá-las onde realmente teriam efeito - no escoamento de esgoto, no trânsito, na falta arborização. O adensamento urbano avança sem que a rede pública e a infraestrutura acompanhem a pressão imobiliária. O poder público é ausente em todas as esferas, inclusive na ambiental.

AS QUEBRADAS GRITAM POR SERVIÇOS PÚBLICOS E INFRAESTRUTURA URBANA ADEQUADA

O direito de ir e vir, continua sendo um sacrifício cotidiano. Do extremo ao centro e do centro ao extremo, trabalhadores gastam em média três horas no trajeto diário. São vidas consumidas em ônibus lotados, em trens superlotados, em metrô que não comportam a demanda. Tal realidade precariza o transporte, agrava as emissões de gases de efeito estufa e deteriora a qualidade de vida. A resposta é evidente: é urgente gerar emprego nos territórios periféricos e investir em transporte digno, com ônibus elétricos, mais linhas, integração real. Não precisamos de novas promessas vazias.

As periferias concentram grandes bolsões habitacionais como as COHABs, que impactam diretamente na mobilidade da cidade e obrigam milhões de trabalhadores a atravessá-la da casa para o trabalho e vice e versa, diariamente. Entretanto, a necessidade de habitação ainda é crescente, e os territórios carecem de novos conjuntos habitacionais e moradias populares que atendam a demanda. Sem alternativas adequadas, famílias são empurradas para locais com condições precárias, sem regularização fundiária, em terrenos de baixo valor, muitas vezes em beiras de córrego e encostas. Esta lógica imposta pelo setor imobiliário, somada a ausências de política públicas, nega às famílias o direito fundamental à moradia. E, sem moradia, todos os outros direitos são também violados.

A MORADIA É A PORTA DE ENTRADA PARA TODOS OS DIREITOS.

A periferia é economia viva: pequenos comércios, serviços, cultura, reciclagem, agricultura urbana, tecnologia social. Redes de trocas, moedas sociais, cooperativas e

bancos comunitários provam que é possível gerar renda com impacto ambiental positivo quando há acesso ao crédito e o mercado local é fomentado. Propomos que sejam implementadas políticas de fomento e financiamento a atividade econômica local, com foco na geração de renda e em empreendimentos de impacto socioambiental.

As compras públicas devem priorizar negócios verdes de base comunitária abrindo espaços para empresas locais, defendemos a criação de uma “moeda verde” premiando empreendimentos que adotem boas práticas de reciclagem, reflorestamento e eficiência energética;

Indicamos também a criação de incubadoras locais e hubs de inovação em escolas técnicas, CEUs, Fatecs e universidades dos territórios; como também a definição de metas de rastreabilidade e logística de resíduos com contratação de cooperativas; e indicadores obrigatórios de impacto social e climático em obras e concessões, com transparência e controle social.

PROPOSTAS GERAIS

Políticas de Gestão de resíduos sólidos

1. Não a ampliação de aterros;
2. Não a implantação de incinerador e práticas de queima de lixo;
3. Promover massivamente a compostagem doméstica, conectando os resíduos vegetais de parques e praças com este processo;
4. Implementar uma sistemática que conecte com a demanda de adubo orgânico no campo, com a produção de compostagem na cidade;

Educação ambiental e participação social

5. Fomentar as iniciativas de educação ambiental já existente, nas escolas públicas, entidades sociais e coletivos ambientalistas do território;
6. Incentivar coletivos periféricos que trabalhem com educomunicação a apoiar programas de educação ambiental voltado para favelas, cohabs e ocupações;
7. Promover palestras, formações diretas, campanhas online e publicidade pró-ambiental;
8. Incentivar a participação popular nos cuidados de meio ambiente, promovendo ativamente mutirões de limpeza nos bairros, plantio popular de mudas, campanhas populares de cuidados ambientais;
9. Mapear e apoiar os trabalhadores que atuam com “empregos verdes”, entregas de bike, catadores de reciclagens, grupos de reciclagem, educadores populares ambientais;
10. Fomentar a participação popular nos CADES;
11. Disseminar em linguagem popular os planos de recursos hídricos, e o plano diretor dos territórios, promovendo oficinas e audiências populares;
12. Implementar nos Ecopontos programas de incentivo a compostagem, educação ambiental e efetivar a ideia de “Ecoponto”;

13. Ampliar massivamente experiências de compostagem, já existente, especialmente, em escolas, hortas comunitárias;
14. Efetivar o funcionamento do polo de tratamento de esgoto da SABESP. Quando muito a prefeitura faz a coleta de esgoto, mas não vemos o efetivo tratamento deste esgoto.

Gestão de riscos e proteção comunitária

15. Implementar sistemas de alerta para momentos de eventos climáticos extremos, de modo a prevenir a população periférica de desastres ambientais;
16. Implementar 100% dos parques urbanos previstos no plano diretor até 2030;
17. Implementar nos bairros com maior vulnerabilidade socioambiental, planos de bairro, que condicionem o poder público a atuar na solução destes problemas no curto, médio e longo prazo;

Moradia e regularização fundiária

18. Não promover despejos na área de favela em nosso território, que não sigam o princípio de “chave à chave”;
19. Garantir a regularização fundiária e melhoras ou garantir moradia adequada para populações moradoras de áreas de risco;
20. Implementar métodos de monitoramento ambiental, e multar grandes geradores, fábricas poluidoras, empreendimentos que descumpram a legislação ambiental;

Economia Solidária e compras públicas

21. Apoiar Cooperativas e práticas de economia solidária, envolvendo o programa POT da prefeitura, melhorando as condições do programa, para gerar renda para população vulnerável e envolvê-los em trabalhos que tragam benefícios climáticos no território;
22. Promover nos editais de cultura ações voltadas para praticas culturais que valorizem o meio ambiente e a cultura de paz;

23. Envolver a rede educacional e os ensinamentos oficiais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em problemas reais do território; (É necessário “quebrar os muros” da escola)
24. Incentivar núcleos de compostagem coletiva, que fomentem a educação ambiental e criem “comunidades sustentáveis”;

Saneamento básico, drenagem pluvial e tratamento de esgoto

25. Plano de Contenção de Enchentes: Elaborar um plano de crise para eventos climáticos extremos, incluindo a construção de muros de contenção;
26. Ocupação de Espaços Públicos: Transformar espaços ociosos em hortas comunitárias e áreas de lazer;
27. Moeda Verde/Social: Criar um sistema de incentivo econômico local, como uma “moeda verde”, para estimular a reciclagem;
28. Diálogo e Cobrança: Estabelecer um canal de comunicação com a prefeitura e outros órgãos públicos para cobrar políticas eficazes e o funcionamento dos serviços;
29. Responsabilização: Pressionar o poder público para que assuma sua responsabilidade e invista os recursos necessários na comunidade;
30. Participação Popular: Incentivar a participação dos moradores nas discussões do Plano Diretor e outras instâncias de decisão.

A LUTA CONTINUA

Nas quebradas a figura da mãe, em muitas famílias, é o único símbolo do que conhecemos por família. Reconhecemos a Terra como nossa mãe, por isso, nosso grito político em defesa das periferias, é um grito em defesa de nossa mãe, e de nossa grande família chamada Humanidade. Os salões nobres da COP 30 não comportam o poder real, já somos colocados a margem o tempo todo, e também não nos interessa o papel figurativo de coadjuvante que senta a mesa com os poderosos em salas luxuosas e ar-condicionado.

O que nos interessa é uma transformação radical da sociedade, em que o poder esteja descentralizado nas mãos de muitos, não centralizado em “cúpulas”, áreas azuis, verdes ou qualquer outra forma de exclusão e separação de povos. Queremos outro sistema econômico, que não produza tudo que denunciemos nesta carta, exclusão social, degradação ambiental e mortes. Lutamos pela superação do capitalismo, pela radicalização da democracia, por outra civilização, livre de opressões e por uma relação integral com a Ecologia e a Natureza. Parece utópico, mas o que seria de nós, seres humanos, se acabássemos com nossa capacidade de sonhar? A Frente Periférica por Direitos se propõe, acima de tudo, a resgatar a esperança na humanidade, a partir daqueles que mais sofrem, dos excluídos, dos rejeitados e marginalizados.

Este país também é nosso, habitamos o mesmo mundo dos bilionários, políticos poderosos, diplomatas e intelectuais. Mas não serão eles os promotores do novo mundo. Esta nova era de abundância, livre de opressões e sustentável, só será possível, se construída a partir dos povos, em especial, das quebradas.

O movimento não é estático, não se conforma com a paralisia, o imobilismo e a incapacidade de transformação, diante de tudo que foi relatado. A esperança é em si um ato de movimento, pois não é um ato de “espera”, mas sim um ato de “agir pelo futuro”, agir por esta promessa de novo mundo de abundância. É neste lugar que estamos, caminhantes em defesa de nossa Mãe Terra, de nossas quebradas, mas em especial, de nosso povo. Somos sujeitos periféricos, aqueles que estão fora dos centros de poder, às margens, mas criando outros tipos de relações, não mais de poder, mais de relações de reconhecimento, de ancestralidade, de pertencimento, de ecologia e de regeneração. Este foi só mais um passo!

De quebrada pra quebrada, o papo é reto!

Contato: frenteperiferica.sp@gmail.com